

LITERATURA INFANTOJUVENIL, POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA E FORMAÇÃO DE LEITORES

Flávia Ferreira de Paula

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Célia Regina Delácio Fernandes

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

LITERATURA INFANTOJUVENIL, POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA E FORMAÇÃO DE LEITORES

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir a literatura infantojuvenil, as políticas públicas de leitura no Brasil e suas relações com a formação de leitores. Primeiramente, aborda a concepção de leitura, a partir dos conceitos de alfabetização e letramento, e dados sobre a leitura do Brasil, com base no INAF 2009 e no PISA 2009. A leitura no ambiente escolar e o papel da literatura infantojuvenil na formação de novos leitores são também alvos de discussão. Em seguida, levanta informações sobre políticas públicas e programas de incentivo à leitura no Brasil nos últimos anos. Por fim, faz uma análise sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e algumas avaliações sobre o mesmo.

Palavras-chave: Literatura infanto-juvenil, políticas públicas de leitura, formação de leitores.

CHILDREN AND YOUTH LITERATURE, READING PUBLIC POLICIES AND READERS' FORMATION

Abstract: This paper aims to discuss the children and youth literature, Brazilian reading public policies and their relations with readers' formation. Firstly, approaches, the concepts of reading, from the concepts of beginning literacy and literacy, and some data on reading in Brazil, based on INAF 2009 and PISA 2009. Reading at school environment and the role of children and youth literature in the formation of new readers are also subjects addressed here. Furthermore, raises information on public policies and programs which aim to encourage reading in Brazil in the last few years. Lastly, we go further on *Programa Nacional Biblioteca da Escola* [School Library National Program] (PNBE) and some reviews on the program.

Key words: Children and youth literature, reading public policies, readers' formation.

Recebido em: 28.02.2013. Aprovado em: 29.08.2014

1 INTRODUÇÃO

A instituição com maior responsabilidade na formação do leitor – ao lado de outras também importantes como a família e a religião – é, sem dúvida, a escola, pois é lá que a grande maioria dos leitores tem seu primeiro contato com a leitura. Para aproximar as crianças e os jovens dos livros, a escola precisa contar tanto com materiais e biblioteca para tal fim, como com professores qualificados – e que sejam leitores – com metodologias e planejamento adequados para fazer da leitura uma atividade diária e agradável para os aprendizes. Como inexiste uma quantidade necessária de bibliotecas e os meios de comunicação de massa, em especial a televisão, ocupam grande parte do tempo livre das crianças e jovens, o espaço para a leitura se restringe, em grande parte, à escola.

Cabe à literatura infantojuvenil, nas séries iniciais, um papel privilegiado e essencial na formação de leitores. Os livros de histórias são de vital importância durante a infância, pois todas as crianças possuem necessidade de imaginar, criar histórias e entrar no mundo da fantasia. Como nos lembra a professora Marisa Lajolo (2005, p. 14) “Para começar, a escola precisa de livros. Muitos e bons.”, como também precisa incentivar o uso da biblioteca, criar salas de leitura, de forma que os alunos encontrem nos livros informação e entretenimento.

Em entrevista concedida a Nascimento (2003, p. 52), Marisa Lajolo destaca que

[...] a relação entre literatura infantil, literatura juvenil e escola vem desde o nascimento desses gêneros e está cada vez mais entrelaçada.

Grande parte dos livros produzidos pelas editoras é comprada pelo governo e enviada às escolas públicas. Para isso, acontece uma seleção criteriosa dos títulos. É fundamental, nesse cenário de compras de acervos a serem enviados às escolas, levantar dados referentes às políticas públicas de leitura e aos programas governamentais de incentivo à leitura escolar no Brasil.

Nesse cenário, o objetivo deste artigo é o de discutir sobre a literatura infantojuvenil, as políticas públicas de leitura no Brasil e suas relações com a formação de leitores. Trata-se de uma análise documental de bibliografia referente à temática. Partimos da concepção de leitura, com os conceitos de alfabetização e letramento. Em seguida, verificamos dados sobre a leitura no Brasil, com base no INAF 2009 e PISA 2009. Refletimos também sobre as relações entre leitura e escola e o papel da literatura infantojuvenil na formação de leitores. Além disso, levantamos informações a respeito de políticas públicas e programas de incentivo à leitura no Brasil nos últimos anos. Por fim, nos debruçamos sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e avaliações sobre ele.

2 O QUE É LER: alfabetização e letramento

Hoje se sabe que a leitura não se limita a simples decodificação das letras no papel. Silva (1986) destaca a necessidade de uma reflexão sobre o que pode haver de equivocado e contraditório nas definições de *leitor*, *alfabetizado* e *escolarizado* – muitas vezes considerados (erroneamente) como sinônimos. Para que o sujeito leia, mais do que entender os grafemas, é necessário que ele seja capaz de relacionar o que está escrito a alguma referência no mundo real. A leitura é não apenas o ato de ler as letras: é também compreensão. Paulo Freire (2009) chama a atenção para a importância da relação entre linguagem e realidade, para que o indivíduo perceba a relação dinâmica entre texto e contexto. Para o mestre, a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo, de forma que a compreensão crítica do ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra ou da linguagem escrita, mas se alonga na compreensão do mundo.

Basta pensarmos nas cartilhas, já suficientemente criticadas, para entendermos a essencial relação entre texto e contexto a que se refere Freire. Para o leitor, palavras isoladas como *baba*, *bebê*, *bibi* ou *bobo* não fazem sentido sem um contexto. Nessa concepção, o processo alfabetizador

seria capaz de *encher* com palavras as cabeças supostamente *vazias* dos aprendizes (FREIRE, 2009). O resultado desse tipo de trabalho com as palavras é um aluno escolarizado e alfabetizado, mas (muito provavelmente) não leitor: um sujeito que passou pela escola e que é capaz de decodificar os sinais gráficos e de codificar os sons da fala, mas que vê a leitura como algo difícil e desvinculado de sua realidade.

Não que o processo de alfabetização seja menos importante, pois é um processo pelo qual as pessoas adquirem suas habilidades de leitura e escrita. Concordamos com Isabel Solé (1998) que atenta para o fato de que seus procedimentos vão além de meras técnicas de translação da linguagem oral para a linguagem escrita. Nesse sentido, a alfabetização precisa acontecer considerando-se o *letramento*, que, de acordo com Magda Soares (2003, p.18), pode ser concebido como

[...] o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.

Não é, portanto, só alfabetização, mas a inclui: a alfabetização não é garantia de letramento para o indivíduo, porém é necessária para que alguém seja considerado plenamente letrado. Com a leitura vinculada à realidade dos alunos, esse processo, além de mais interessante, faz mais sentido para a vida dos aprendizes.

3 DADOS SOBRE A LEITURA NO BRASIL

O Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF/Brasil) vem sendo apurado anualmente, desde 2001, para mensurar os níveis de alfabetismo funcional da população brasileira entre 15 e 64 anos de idade, residentes de áreas urbanas e rurais de todas as regiões do Brasil, que estejam estudando ou não. A metodologia utilizada é a de questionário (*survey*) aplicado aos respondentes. O INAF/Brasil

segmenta os brasileiros em quatro níveis, de acordo com as habilidades em leitura e escrita (letramento) e matemática (numeramento).

Os níveis de letramento segmentados pelo INAF/Brasil são: a) *analfabetismo*, para pessoas que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem palavras e frases; b) *alfabetismo rudimentar*, para os que conseguem localizar informações explícitas em textos curtos e familiares, ler e escrever números usuais e realizar operações simples; c) *alfabetismo básico*, para os que conseguem ler e compreender textos de média extensão, localizar informações não explícitas, ler números na casa dos milhões, resolver problemas envolvendo uma sequência simples de operações; d) *alfabetismo pleno*, para os que possuem habilidades que os permitem compreender e interpretar elementos usuais da sociedade letrada.

Resultados do INAF/Brasil 2009 apontam que, no Brasil, entre a população de 15 a 64 anos, 7% é considerada analfabeta, contra 9% em 2007. Ao comparar os resultados das duas últimas pesquisas, observa-se que houve uma diminuição na porcentagem nesse nível; 21%, alfabetizadas em nível rudimentar, com queda novamente em relação a 2007, com 25%; 47% são alfabetizadas em nível básico, com um aumento em relação ao INAF anterior que apresentou 38%; e apenas 25%, alfabetizados plenamente, com nova queda em relação a 2007, que apontou 28% de alfabetismo pleno (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2010).

O Programa Internacional para Avaliação de Alunos (PISA) também visa avaliar os alunos em diferentes níveis de proficiência em leitura de acordo com a tarefa que precisam executar. Seus resultados permitem uma boa visão da educação em países de diferentes estágios de desenvolvimento e desenvolvidos. A metodologia do programa se baseia em provas aplicadas aos alunos participantes. O exame é realizado a cada três anos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma entidade formada por 30 países que possuem a democracia e a economia de mercado como princípios. Países não membros da OCDE,

como é o caso do Brasil, também podem participar da avaliação como convidados. Já foram realizadas cinco avaliações do PISA – nos anos de 2000, 2003, 2006, 2009 e 2012 – com maior enfoque em Leitura, Matemática, Ciências, Leitura e Matemática, respectivamente (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, [2012]). Em 2000 e em 2009, a maior ênfase do programa foi na leitura, vista de maneira breve em 2003, 2006 e 2012. No que diz respeito a essa habilidade, o PISA tem como finalidade uma avaliação do letramento, ou seja, da capacidade do aluno em usar a informação escrita, retirar informação do texto, refletir e fazer uso da leitura para enfrentar os desafios da vida.

A média geral dos estudantes brasileiros em Leitura, no PISA, foi de 393, em 2000; 403, em 2003; 393, em 2006; e 412, em 2009. Pode-se verificar que houve um avanço nos resultados no ano de 2003 em relação ao exame anterior, em 2000. Esses resultados, no entanto, voltaram a cair no ano de 2006. Nos últimos resultados divulgados do PISA, da edição de 2009, pode-se notar um avanço dos níveis de letramento de alunos brasileiros, com a maior média desde 2000, apesar de ainda muito distantes da média geral dos países – que é de 493 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, [2012]).

Os dados são motivadores e revelam avanços no que se refere às habilidades leitoras dos brasileiros. Entretanto, ainda são baixos, no Brasil, os índices de pessoas capazes de ler e escrever de maneira plena. É importante, nessa perspectiva, que se busquem sempre novas alternativas para melhorar o ensino da leitura e continuar progredindo. O ensino de leitura precisa ser discutido, principalmente, na escola, onde acontece de forma sistematizada.

4 LEITURA E ESCOLA

Ao longo da história, a leitura vem sendo muito frequentemente vinculada à escola. Essa relação se dá pelo fato de a escola ser a instituição responsável pela educação formal dos alunos: a alfabetização. Além de ser o espaço mais comum

onde as pessoas são alfabetizadas, a escola, muitas vezes, é o único lugar onde os alunos têm acesso a textos e livros. Como muitos aprendizes não têm em casa um ambiente propício à leitura, com pais leitores e livros disponíveis, não se pode menosprezar o papel fundamental desta instância de formação de novos leitores. Frequentemente, no entanto, a relação entre escola e leitura é vista de maneira negativa, o que nem sempre o é.

Em artigo intitulado *A escolarização da literatura infantil e juvenil*, Magda Soares (2006) nos esclarece que o termo *escolarização*, em geral tomado em sentido pejorativo e depreciativo, não precisa, *em tese*, diz a autora, ser entendido dessa forma. Segundo a estudiosa, não há como se ter escola sem ter escolarização de conhecimentos, saberes e artes, pois, com a invenção de um *espaço* e um *tempo de ensino*, a escola se materializou em uma organização e planejamento de atividades, divisão e gradação do conhecimento, definição de modos de ensinar coletivamente. E é esse inevitável processo, já que ele institui e constitui a escola, que se chama de escolarização. A autora nos lembra ainda que essa escolarização inadequada pode ocorrer com qualquer área do conhecimento. Nesse sentido, é necessário repensar os meios para realizá-la de maneira adequada.

A escolarização da leitura, para ser eficiente, precisa despertar nos alunos o gosto e o desejo de ler. Conforme aponta Lajolo (2005, p. 5), “[...] o prazer da leitura é um prazer aprendido.” Mais do que se ensinar essa tarefa, é necessário que se ensine a gostar de realizá-la, pois a leitura, mais do que um hábito, necessita ser um prazer para os leitores desde a sua aquisição. Também é importante que a escola disponha de condições favoráveis para a prática da leitura, colocando à disposição dos alunos uma biblioteca bem equipada, com materiais variados (gêneros diversos, temáticas variadas, de diferentes autores e épocas): a parceria entre biblioteca e sala de aula é essencial no processo de formação de leitores. O empréstimo de material também se faz necessário, pois pode proporcionar momentos de

leitura do aluno em casa com a família. Além disso, profissionais qualificados – na figura do professor e do bibliotecário –, capazes de ajudar os aprendizes a encontrar sentido e interesse na leitura são de vital importância, já que os alunos não aprendem apenas por prescrição, mas também – e quiçá com mais frequência – pelo modelo.

5 LITERATURA INFANTOJUVENIL E FORMAÇÃO DE LEITORES

O valor do ensino de Literatura na escola tem sido alvo de discussões ao longo dos anos. Essa disciplina, “[...] um dos pilares da formação burguesa humanista.” (BRASIL, 2006, p. 51), já teve seu *status* elevado em relação às outras – devido à elite culta que comandava a nação – e chegou, inclusive, a ser reconhecida como sinal de cultura; logo, de classe social. Hoje, a realidade que temos na escola são alunos e professores confusos em relação aos seus verdadeiros objetivos. Conhecer obras clássicas e decorar nomes de personagens parece não ter muita utilidade para os aprendizes e não fazer diferença alguma em suas vidas.

No trabalho com a leitura de obras literárias, a primeira ação do professor, muitas vezes, parece ser a de conferir se o aluno realmente leu o texto, tratando a literatura de maneira objetiva, ou com perguntas óbvias sobre o enredo e personagens, sem buscar ampliar essa primeira leitura, ou ainda por meio de abordagens que envolvem crítica literária e outras relações do texto com a sociedade.

O trabalho com os livros literários no ambiente escolar, e em especial nas séries iniciais, deve ajudar o aluno a desenvolver as suas capacidades leitoras. Sendo o texto literário “[...] um texto em cuja órbita gravitam inúmeras leituras.” (LAJOLO, 2009, p. 95), ele possui um campo que gera grande liberdade para quem lê. Dessa forma, o contato com as histórias desperta emoções e propõe leituras diferentes por se apresentarem de modos variados aos leitores, pois o leitor é quem dá sentido à obra. É por esse motivo que a leitura literária é tão importante na formação de leitores.

No trabalho com a literatura, Magnani (2001, p. 138, grifo da autora) propõe que este seja baseado na “[...] *diversidade* (de enredos, procedimentos narrativos, gêneros, linguagens, autores e métodos).”, para que, evitando-se a trivialização, e por meio da luta por significados, o leitor seja levado a ampliar seus horizontes. Diz a estudiosa que

[...] a saída mais coerente para o professor pode ser buscada numa práxis compartilhada que lhe ofereça segurança e permita uma *inferência crítica*. (MAGNANI, 2001 p. 136, grifo da autora).

É nesta ideia de ir além da simples leitura que se baseia o letramento literário (COSSON, 2007). Ao tomar a literatura infantojuvenil como material de trabalho com o letramento dos alunos pode-se desenvolver atividades não só lúdicas, mas também eficientes no que diz respeito ao domínio das palavras.

6 POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE INCENTIVO À LEITURA NO BRASIL

Regina Zilberman (1995, p. 124), em mesa redonda intitulada *De leitor para leitores: políticas públicas e programas de incentivo à leitura* no 7º Congresso de Leitura do Brasil (COLE), em Campinas, no ano de 1989, nos lembrou que durante o período colonial, o Brasil não dispunha de um aparelho cultural que garantisse a produção e a circulação da literatura, já que as bibliotecas e escolas eram privilégio apenas das ordens religiosas. A separação de Portugal, em 1822, entretanto, não mudou a situação da colônia nesse âmbito. Houve, todavia, um aumento considerável nos esforços a favor da ampliação do número de editoras, jornais e bibliotecas. Zilberman (1995) ainda destacou que o nosso sistema educacional permaneceu frágil e a manutenção do regime escravocrata impediu que a escola fosse popularizada até quase o final do século XIX. Durante os séculos XX e XXI, o que temos, no Brasil, em oposição à situação de outrora, são

projetos, leis, medidas e decretos com o objetivo em comum da promoção da leitura no país. No plano internacional, em 1946, a luta contra o analfabetismo foi incorporada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que declara, em 1972, o livro como instrumento fundamental para o aperfeiçoamento humano, “[...] concebendo a leitura como um direito do homem, a ser garantido pelo Estado.” (FERNANDES, 2007, p. 24).

A partir da década de 1970, no Brasil, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), vinculada ao governo federal, passou a coordenar um amplo programa de aquisição e distribuição de livros didáticos para as escolas públicas carentes (ZILBERMAN, 1995). De 1984 a 1996, o mesmo órgão assume o Programa Nacional Salas de Leitura (PNSL), responsável pela seleção, compra e distribuição de livros literários para crianças e jovens que frequentassem o ensino público.

No que diz respeito à iniciativa privada, destacamos a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) uma instituição não-governamental e sem fins lucrativos, de iniciativa privada e filiada ao *International Board on Books for Young People* (IBBY) – órgão consultivo da UNESCO. Criada em 1968, no Rio de Janeiro, a FNLIJ tem como público-alvo crianças, jovens, professores e bibliotecários que tenham interesse na área de leitura. São objetivos da fundação: promover a leitura de textos literários; divulgar o livro infantil e juvenil; investir na formação de professores e bibliotecários; realizar seminários, cursos e oficinas; e prestar assessoria junto a instituições públicas e privadas. Em 1980, a FNLIJ deu início ao projeto *Ciranda de Livros*, que chegou a distribuir trinta mil coleções e sessenta títulos de literatura infantil desde a sua criação até 1984 (YUNES, 1995).

No que tange às leis em prol da leitura, em 30 de outubro de 2003, foi sancionada a *Lei do Livro*, proposta pelo senador José Sarney, que instituiu a Política Nacional do Livro (ROSA; ODDONE, 2006). Questões a respeito do livro são tratadas nesta lei,

tais como a política para difusão e leitura, editoração, distribuição e comercialização. Sua regulamentação ainda coloca como imperativo apresentar o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). O PNLL foi apresentado pelos ministros da Cultura e da Educação no encerramento do FÓRUM – PNLL/Vivaleitura 2006/2008, em 13 de maio de 2006. No documento apresentado, o PNLL consta como uma ação liderada pelo governo federal que tem como principal objetivo melhorar a realidade da leitura no Brasil (PLANO ..., 2006).

No que se refere aos programas voltados às práticas leitoras, destacamos o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) e o Programa Pró-Leitura, ambos criados em 1992. Enquanto o primeiro tem como objetivos estruturar uma rede de programas que consiga consolidar práticas leitoras e divulgar a consciência e demanda das condições de acesso à leitura e escrita, o segundo, já extinto, objetivou oferecer formação continuada para mediadores de leitura, tanto teórica quanto prática.

Em relação aos programas governamentais para o livro didático e para a leitura, ressaltamos o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio, voltado para a aquisição de livros didáticos para as escolas públicas, e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), voltado para a aquisição e envio de obras literárias para as bibliotecas escolares, e sobre o qual vamos tratar mais especificamente no próximo tópico.

6.1 PNBE: uma política para formar leitores

Criado em 1997, sob a gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o PNBE tem como principal objetivo apoiar o cidadão no exercício da reflexão, da criatividade e da crítica, por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. Garantir o acesso à informação e à cultura, além do incentivo à formação do leitor na escola e na comunidade, foi o que incentivou a criação deste programa que vem distribuindo livros para as escolas e para a

comunidade. Sua finalidade é a de viabilizar a diversidade das fontes de informação das escolas públicas brasileiras, contribuindo, assim, para o aprimoramento da consciência crítica dos alunos, professores e comunidade em geral.

Fernandes (2007) realizou uma pesquisa que analisa as políticas públicas de leitura e a representação da escola, dos professores e do ensino em obras do PNBE. Sobre o programa, a autora explica que:

O Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, instituído pela Portaria Ministerial nº 584, de 28 de abril de 1997, do Ministério da Educação, tem por objetivo a difusão da leitura e a difusão do conhecimento entre alunos, professores e comunidade. [...] Para operacionalização do PNBE, a Secretaria do Ensino Fundamental (SEF) encarrega-se da definição das diretrizes e seleção dos títulos integrantes dos acervos de cada ano e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da aquisição e da distribuição dos livros para a escola (FERNANDES, 2007, p. 62).

O PNBE, da mesma forma que seu antecessor Programa Nacional Salas de Leitura (PNSL) (1984-1996) –, é parte de uma das ações do programa *Toda Criança na Escola* e está apoiado pelas políticas públicas de leitura gerenciadas pelo MEC. Nesse sentido, Fernandes (2007, p. 62-63) compreende a documentação oficial como um dado fundamental para o entendimento de aspectos do sistema literário no qual circula a literatura infantojuvenil:

A documentação oficial que regulamenta o PNBE – portarias, resoluções, editais etc. – leva em consideração o artigo 208 da Constituição Federal, que preconiza o direito do educando ao material de apoio didático, e as determinações de universalização e de melhoria do ensino fundamental, provenientes da Lei de Diretrizes e bases da educação.

O PNBE é executado pelo FNDE em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC). Uma vez definidos os critérios de avaliação e atendimento, além da disponibilidade dos recursos orçamentários previstos no Plano Plurianual (PPA), dá-se início à operacionalização do programa do referido exercício. Com o apoio das escolas públicas, prefeituras e secretarias estaduais e municipais de Educação, as ações do PNBE são executadas de forma centralizada (BRASIL, 2009). O edital que determina as regras para a inscrição e avaliação das coleções de literatura, as regras de aquisição e o prazo para a apresentação das obras pelas empresas detentoras de direitos autorais é publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado na *Internet*.

A avaliação e a seleção das obras são realizadas por um colegiado, instituído anualmente, por portaria ministerial, com representantes do Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED), da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), do PROLER, de intelectuais e de técnicos e especialistas na área de leitura, literatura e educação do MEC e de universidades. Depois da avaliação e seleção das coleções e acervos, tem início o processo de negociação do FNDE com as editoras. Em seguida, o FNDE firma o contrato e informa os quantitativos e as localidades de entrega para as editoras, que dão início à produção dos livros.

A título de conhecimento dos acervos distribuídos às escolas desde o início do PNBE, veremos de modo geral sua composição ao longo dos anos. O acervo do PNBE/1998, o primeiro do programa, foi composto de 215 títulos, incluindo obras clássicas e modernas da literatura brasileira, enciclopédias, atlas, globos terrestres, dicionários e livros sobre história do Brasil e sua formação econômica, e distribuído às escolas de 5ª a 8ª série. Já no ano de 1999, com um total de 109 obras, o acervo – composto de livros de literatura infantil e juvenil, sendo quatro voltadas às crianças portadoras de necessidades especiais – foi distribuído a escolas públicas de 1ª a 4ª série. No ano de 2000, o PNBE

teve sua ação centrada na formação continuada dos professores, com recursos voltados para a distribuição de materiais pedagógicos e na elaboração de manuais de apoio para o uso dos acervos enviados às escolas.

A partir do PNBE/2001, o PNBE investiu no projeto *Literatura em Minha Casa*, que distribuiu obras diretamente aos alunos, e que se estendeu até 2003. Houve, dessa maneira, uma mudança no enfoque do programa, visto que os livros passaram a ir para as mãos dos alunos diretamente – e não mais para as bibliotecas. Nesse primeiro ano, foram beneficiados alunos matriculados nas 4ª e 5ª séries do ensino fundamental. O acervo era composto de trinta títulos, distribuídos em seis coleções de cinco volumes, sendo que cada escola recebeu quatro acervos com vinte e quatro coleções. O PNBE/2002 teve seu acervo composto por cinco obras literárias, divididas em oito coleções, distribuídas para os alunos de 4ª séries das escolas públicas do ensino fundamental. Em 2003, o programa foi executado em cinco diferentes ações: 1) *Literatura em minha casa*; 2) *Palavras da gente – Educação de Jovens e Adultos*; 3) *Casa da Leitura*; 4) *Biblioteca do professor*; e 5) *Biblioteca Escolar*. Foi dada continuidade das ações do PNBE/2003 no ano de 2004. Já a partir do ano de 2005, a Secretaria de Educação Básica (SEB) retomou como foco de ação o atendimento dos alunos nas escolas por meio da ampliação dos acervos nas bibliotecas escolares. Escolhidas pelas escolas, via *Internet*, as coleções eram compostas por obras de diferentes gêneros e tipos de texto.

O acervo do PNBE/2006 – destinado às escolas públicas de 5ª a 8ª série – foi formado por 75 títulos de literatura de variados gêneros literários: poesia, conto, crônica, teatro, romance, biografias e histórias em quadrinhos, em especial adaptações ao público jovem de obras clássicas da literatura universal. No PNBE/2008¹, os acervos visavam atender as escolas públicas de educação infantil e as que oferecem as séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª série ou 2º ao 5º ano). Esses eram compostos por textos em verso, em prosa, livros de imagem e de

histórias em quadrinhos, e, entre eles, obras clássicas da literatura universal, adaptadas especialmente para o público da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. No que diz respeito aos acervos do PNBE/2009, estes – compostos por títulos de poemas, contos, crônicas, teatro, texto de tradição popular, romance, memória, diário, biografia, ensaio, histórias em quadrinhos e obras clássicas – foram distribuídos às escolas públicas que ofereciam as séries finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e ensino médio de todo o país. Em 2010, o programa se deu sob quatro diferentes ações: obras para a educação infantil, para o ensino fundamental (1º ao 5º ano), para a educação de jovens e adultos (EJA) e ainda com a distribuição de periódicos.

Para se ter ideia da grandiosidade do PNBE, são apresentados no **Tabela 1** o total de alunos e escolas beneficiados, quantidade de livros e investimento em doze anos do programa.

Maciel (2008, p. 18) destaca a importância do PNBE:

[...] Criar uma biblioteca, alimentá-la frequentemente, nutri-la com obras significativas, tanto nacionais quanto estrangeiras, exercer um controle de qualidade na aquisição desses livros, possibilitar que o estudante tenha sempre ao seu alcance um universo de opções que possa ser lido, compreendido e assimilado, tudo isso representa, em verdade, recriar um país, redescobrir suas potencialidades.

Pensamos, assim como a autora, que este seja um processo contínuo de letramento para prepararmos os alunos para o exercício da cidadania. Daí a necessidade de pesquisas sobre o PNBE para, além de divulgá-lo tanto no meio acadêmico como na sociedade, coletar dados sobre o programa, sobre seus critérios de seleção e acervos que são distribuídos às escolas e aos alunos. Outro aspecto importante, apontado por Fernandes (2007), é a necessidade de acompanhamento e de avaliação do programa.

Tabela 1 - Dados estatísticos PNBE (1998-2010)

ACERVO	ALUNOS BENEFICIADOS	ESCOLAS BENEFICIADAS	QUANTIDADE DE LIVROS	FINANCEIRO
PNBE 1998	19.247.358	20.000	3.660.000	R\$ 29.830.886,00
PNBE 1999	14.112.285	36.000	3.924.000	R\$ 24.727.241,00
PNBE 2000 *		18.718	3.728.000	R\$ 15.179.101,00
PNBE 2001	8.561.639	139.119	60.923.940	R\$ 57.638.015,60
PNBE 2002	3.841.268	126.692	21.082.880	R\$ 19.633.632,00
PNBE 2003	18.010.401	141.266	49.034.192	R\$ 110.798.022,00
PNBE 2004 **				
PNBE 2005	16.990.819	136.389	5.918.966	R\$ 47.268.337,00
PNBE 2006	13.504.906	46.700	7.233.075	R\$ 45.509.183,56
PNBE 2008 (Educação infantil)	5.065.686	85.179	1.948.140	R\$ 9.044.930,30
PNBE 2008 (Ensino fundamental)	16.430.000	127.661	3.216.600	R\$ 17.336.024,72
PNBE 2008 (Ensino médio)	7.788.593	17.049	3.956.480	R\$ 38.902.804,48
PNBE 2009 (Ensino fundamental - 6º ao 9º ano)	12.949.350	49.516	7.360.973	R\$ 47.347.807,62
PNBE 2009 (Ensino Médio)	7.240.200	17.419	3.028.298	R\$ 27.099.776,68
PNBE 2009 (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa [VOLP])	35.563.761	137.968	204.220	R\$ 3.051.046,80
PNBE 2010 (Educação Infantil)	4.993.259	86.379	3.390.050	R\$ 12.161.043,13
PNBE 2010 Ensino fundamental (1º ao 5º ano)	15.577.108	122.742	5.798.801	R\$ 29.563.069,56
PNBE 2010 (Educação de Jovens e Adultos [EJA])	4.153.097	39.696	1.471.850	R\$ 7.042.583,76
PNBE 2010 (Periódicos 2010)	--	143.773	--	R\$ 29.060.529,34

Notas: * Em 2000 foram produzidos e distribuídos materiais pedagógicos, voltados para a formação continuada de professores.

** Em 2004 foi dada continuidade às ações do PNBE 2003

Fonte: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Dados estatísticos de anos anteriores.** Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-consultas/item/3016-dados-estat%C3%ADsticos-de-anos-anteriores>>. Acesso em: 8 maio 2012.

6.2 Avaliações sobre o PNBE

A primeira avaliação sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola foi realizada, em 2002, pelo Tribunal de Contas da União (TCU) (BRASIL, 2002). Essa avaliação foi justificada pela ausência de informações sobre a utilização dos livros distribuídos pelo programa até dado momento, devido ao fato de não haver uma avaliação sistemática da utilização dos acervos pelos alunos e professores, o que não permite o conhecimento sobre resultados do programa. A importância dessa avaliação é grande, já que é essencial para garantir a devida utilização do material recebido, especialmente quando é constatado que esse é a única fonte de apoio pedagógico disponível em muitas escolas.

Para tanto, a auditoria teve como objetivo investigar formas para uma utilização mais efetiva

dos livros distribuídos pelo PNBE. O relatório mostrou que o FNDE tem sido bem sucedido na distribuição dos acervos nas escolas beneficiadas. Os pontos positivos apontados pela pesquisa foram a possibilidade de os alunos ter acesso a livros de literatura e por esses serem de boa qualidade.

Entre os problemas identificados pela avaliação, foram apontados: a falta de interação com outros programas federais; pouca articulação dos níveis federal, estadual e municipal do governo na política de educação para a utilização dos livros paradidáticos; condições operacionais reduzidas de algumas escolas para lidar com os livros dos acervos; falta de mão de obra capacitada por parte dos professores; falta de divulgação do programa. Ainda verificou-se que o programa não tem atividades bem estruturadas para monitoramento e avaliação do PNBE.

Após apreciado pelo Tribunal de Contas da União, o relatório da auditoria resultou na Decisão n.º 660/2002 – Plenário (TC 012.854/2001-6), tendo sido proferidas recomendações à Secretaria de Educação Básica (SEB) e ao FNDE, ambos do MEC, com o objetivo de aprimoramento do desempenho do programa. São elas:

- acompanhamento e avaliação sistemática das ações e resultados obtidos pelo PNBE;
- efetivação de ações de divulgação do PNBE e capacitação de professores e bibliotecários, com maior participação das secretarias de educação;
- criação de um grupo de coordenação para interação com outros programas do MEC;
- incorporação ao PNBE da preocupação com o princípio da equidade. (BRASIL, 2002, p. 13).

Em 2005, outro documento do Tribunal de Contas da União (TCU) contendo o Relatório de Monitoramento no Programa Biblioteca da Escola (PNBE), com a última etapa de monitoramento – período de 2002 a 2004 – foi publicado (BRASIL, 2005). Seu objetivo, conforme consta no documento, era o de monitorar e avaliar o impacto da implementação das recomendações da Decisão Plenária TCU em 2002. A metodologia do trabalho consistiu em pesquisas, visitas a escolas, consulta a dados secundários e análise documental.

O monitoramento examinou quatro questões principais:

- i) se as ações junto às escolas de divulgação do PNBE e orientação quanto à conservação dos livros paradidáticos se mostraram efetivas e adequadas;
- ii) se as atuais condições operacionais e práticas das escolas em relação à utilização dos livros paradidáticos em atividades escolares contribuem para o desenvolvimento das habilidades de leitura, de escrita e lúdicas dos alunos;
- iii) em que medida vem sendo oferecido o acesso ao acervo dos livros

paradidáticos à comunidade; e iv) se os atuais critérios de atendimento do PNBE mostram-se adequados a promover maior equidade na distribuição dos acervos e apoio às escolas mais carentes. Foram verificadas também as providências adotadas pela SEB/MEC e FNDE quanto ao monitoramento dos produtos e avaliação dos resultados do programa. (BRASIL, 2005, p. 3).

Entre os resultados desse monitoramento, verificou-se que a nova sistemática de atendimento do PNBE implementada, que a partir de 2001 passou a distribuir os livros diretamente aos alunos, tornou possível que os livros do programa chegassem a escolas de menor porte, universalizando o atendimento para as séries contempladas. Ainda, a mudança da sistemática do programa fez com que os professores passassem a conhecer melhor o programa, o que trouxe bons reflexos para as práticas de literatura nas escolas.

Foi constatado também, que, em 2003, as ações Casa da Leitura e Biblioteca do Professor permitiram que 3.659 municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo de 0,751 passassem a receber tratamento diferenciado pelo programa, assim como professores de classes de alfabetização e de 1ª a 4ª séries (BRASIL, 2005). Em contrapartida, dados do Censo 2003 demonstram haver ainda grandes desigualdades regionais no que diz respeito ao percentual de escolas públicas que possuem biblioteca, tanto as rurais quanto as urbanas.

Em comparação à situação de 2001, foi verificado ainda que, os gestores e professores das escolas passaram a ter maior conhecimento sobre o programa, ao contrário de técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação, que ainda necessitam de informações que possibilitem melhor gerenciamento do PNBE.

É importante destacar as medidas adotadas pelo FNDE no que tange ao programa:

- a) encaminhamento de ofício informando sobre os critérios do

programa às secretarias estaduais de educação, com solicitação de divulgação junto às secretarias municipais; b) encaminhamento de comunicado às secretarias estaduais e municipais de Educação, bem como às escolas contempladas, antes da distribuição dos acervos; c) disponibilização de informações na *Internet*, por meio do endereço eletrônico do FNDE; d) articulação com a UNDIME e os CONSED para divulgação do programa e público-alvo; e e) realização de campanha publicitária voltada para o PNBE/2002, intitulada "Livro é gênero de primeira necessidade". (BRASIL, 2005, p. 22, grifos do autor).

Por terem sido distribuídos encartes com orientações e dicas sobre maneiras de se utilizar e conservar os livros junto com os acervos, a recomendação do primeiro monitoramento de tornar mais efetiva a utilização dos acervos na prática pedagógica foi considerada implementada no segundo.

A falta de infraestrutura nas escolas, sem biblioteca ou condições não ideais (como pouco espaço, mesas e cadeiras em quantidade insuficiente), continua sendo considerada um fator que torna difícil a utilização dos acervos. Somado a isso, a ausência de uma pessoa responsável pela biblioteca, que se constitui não só em um risco à guarda e conservação dos acervos distribuídos pelo PNBE, mas também em uma limitação no que se refere aos mediadores de leitura para maior utilização das obras. A capacitação de professores para a utilização dos acervos também tem tido pouco apoio dos órgãos públicos das três esferas do governo, sendo que as próprias escolas ou outras iniciativas têm desenvolvido essa atividade.

Como forma de buscar minimizar o problema, o relatório destacou as ações preconizadas no Plano Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas (Fome de Livro), do Ministério da Cultura, que visam à implantação de bibliotecas públicas, para a complementação de espaços de leitura nas escolas que não as possuem. Também foi destacada a

importância de divulgar o PNBE junto aos técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação e trabalhar na execução de ações que promovam a conscientização dos alunos sobre como guardar e conservar os livros. Para tanto, foram recomendadas aos gestores medidas nesse sentido.

Também foi realizada uma pesquisa sobre o PNBE pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, em parceria com a Unesco, em 2005/2006. Alguns de seus resultados são apresentados, socializados e discutidos no artigo de Paiva e Berenblum (2009) *Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) – uma avaliação diagnóstica*. No artigo, as autoras discutem alguns dos resultados dessa pesquisa que construiu uma avaliação diagnóstica acerca do funcionamento do PNBE, em exercício desde 1997. É importante destacar a explicação acerca da avaliação. De acordo com o artigo as pesquisadoras deixam claro que:

[...] nasceu não apenas do desejo da SEB de obter subsídios que alimentassem as definições sobre os rumos de uma prática de formação de leitores, mas também da exigência do Tribunal de Contas da União (TCU) que, desde 2002, indicara ao governo Fernando Henrique Cardoso a necessidade de realizá-la, sem sucesso, após auditoria em escolas do país, para avaliar a eficiência dos investimentos feitos. (PAIVA; BERENBLUM, 2009, p. 174).

Paiva e Berenblum (2009) avaliam que o significativo investimento realizado pelo governo federal, desde 1998, limitou-se essencialmente à aquisição e à distribuição de obras de literatura e referência para os alunos e professores das escolas da rede pública. A pesquisa demonstrou, no entanto, que, muitas vezes, o volume das obras distribuídas e o investimento total realizado contrastavam principalmente no que diz respeito ao uso e ao destino dos livros e com a situação estrutural das escolas. Ressaltam que:

[...] Praticamente, o PNBE manteve-se apenas como um grande programa de distribuição de livros, como se a existência de acervos (de qualidade) fosse o caminho natural de formação de leitores nas escolas públicas brasileiras, sem prever apoio algum a projetos de formação continuada de professores com o foco na leitura literária (PAIVA; BERENBLUM, 2009, p. 2).

Para a realização da pesquisa, optou-se por trabalhar a partir de uma amostra. Do conjunto de 196 escolas visitadas, 100 eram estaduais e 96 municipais, resultado de escolha aleatória. A pesquisa abordou, do ponto de vista quantitativo, 359 alunos, 303 professores, 200 diretores, 5 bibliotecários, 152 responsáveis por bibliotecas e 31 pais, além de 37 profissionais da escola, com um total de 196 escolas, 19 municípios e oito Estados (Pará, Ceará, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Goiás).

Uma equipe nacional formada por profissionais com experiência na metodologia de grupo focal – seis doutores, três doutorandos, oito mestres, três mestrandos, uma antropóloga, e uma licenciada em Pedagogia –, foram eleitos para trabalhar com professores e alunos nas escolas selecionadas. A metodologia adotada pela equipe tinha como meta a coleta de dados, partindo de quatro procedimentos: observação do campo; entrevistas com funcionários das escolas; grupo focal com alunos e com professores; entrevistas com pais e outros membros das comunidades. Para isso, foram previamente elaborados um roteiro e fichas de perfil dos sujeitos participantes (não identificados).

Paiva e Berenblum (2009) chamam a atenção para reflexões a respeito do trabalho com a leitura nas escolas, baseado principalmente em livros didáticos e pouco frequentemente com a utilização de outros tipos de texto.

A democratização do acesso a obras literárias, esperado a partir da distribuição de livros com um amplo alcance em relação a usuários de diversos segmentos

– alunos, professores, membros da comunidade – e com diversos desenhos – escolas e comunidade, kits de livros individuais e coletivos, obras e coleções – parece não ter sido alcançada. A disponibilidade de textos literários e de obras de referência na cultura escolar não é suficiente para transformar as práticas pedagógicas privadas e autoritárias instaladas nas escolas visitadas. (PAIVA; BERENBLUM, 2009, p. 182).

A investigação também apontou a dificuldade dos professores em trabalhar com os livros distribuídos, deficiência de formação que lhes permitisse refletir sobre sua prática pedagógica e discutir diferentes concepções de linguagem, de leitura e de escrita, os limites no aproveitamento do material à disposição e a angústia pela falta de tempo livre para exercitar sua própria leitura. Ao avaliar o PNBE, os professores reivindicaram por qualificação profissional, por formação e remuneração condizentes com seu trabalho.

Com relação às bibliotecas, grande parte das escolas as mantinha fechadas, ou então substituídas por salas de leitura, *cantinhos* etc.

Pensar a biblioteca escolar com características físicas que transcendam a ideia de uma sala com estantes de livros não foi denominador comum nas escolas visitadas. (PAIVA; BERENBLUM, 2009, p. 185).

No que diz respeito à figura do bibliotecário com formação, constatou-se a inexistência quase total desse tipo de profissional nas escolas visitadas, sendo geralmente substituído por um *professor readaptado*.

Sobre a importância da avaliação as especialistas apontam que

[...] a pesquisa foi responsável por um momento importante nas escolas, ao provocar o esforço dos entrevistados para refletir sobre os impactos do PNBE no cotidiano

escolar desde a implantação da política de distribuição de acervos, sobre a qual demonstravam desconhecimento, principalmente no que se refere à fonte de financiamento das obras recebidas. (PAIVA; BERENBLUM, 2009, p. 184).

Apesar das diversas questões levantadas, as autoras Paiva e Berenblum (2009) destacam que a pesquisa demonstrou que as coleções têm produzido importantes impactos na formação de leitores, embora seja necessário que mais tempo e recursos sejam dedicados para a realização de acompanhamentos desses resultados e novas avaliações.

7 CONCLUSÃO

A leitura é uma atividade decisiva na vida do aluno e do cidadão. Por esse motivo, não podemos tratá-la como algo secundário em sua formação, uma vez que permite a eles um posicionamento crítico perante a realidade e exercício pleno da cidadania, além de sua inserção no mundo letrado e direito de usufruir dos bens culturais. Conforme vimos, ao tomar a literatura infantojuvenil como material de trabalho com o letramento dos alunos, o professor pode desenvolver atividades ao mesmo tempo lúdicas e eficientes, sem tomar o texto literário como objeto de estudo gramatical, mas sim, com a ajuda dele, levar os alunos a pensar, refletir e produzir sentidos sobre o que leram

O que pode ser observado com os resultados do INAF 2009 e PISA 2009 é que, apesar dos avanços nos resultados dos últimos anos, ainda são baixos, no Brasil, os índices de pessoas capazes de ler e escrever de maneira plena. Mesmo com a escolarização obrigatória para todas as crianças e adolescentes e com os objetivos de desenvolvimento das habilidades linguísticas dos aprendizes no que concerne ao ensino de língua ao longo do ensino fundamental expostos pelos PCNs de Língua Portuguesa (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2010; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, [2012]).

Em relação aos programas voltados às práticas leitoras no Brasil, ressaltamos o PNLD e Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLDEM), voltados para a aquisição de livros didáticos para as escolas públicas, e o PNBE – que foi o nosso enfoque –, voltado para a aquisição e envio de obras literárias para as bibliotecas escolares.

O PNBE, conforme vimos, foi criado em 1997, sob gestão do FNDE, com o objetivo de garantir o acesso à informação e à cultura, além de incentivar a formação do leitor na escola e na comunidade. Para tanto, o programa distribui livros de literatura, pesquisa e referência às escolas públicas do país. A grande questão apontada pelas avaliações do Programa até agora tem sido o fato de este apenas distribuir livros, não se preocupando com a qualificação de mediadores de leitura – como professores e bibliotecários. Os livros – de qualidade, sem dúvida – têm sido um primeiro passo para a formação do leitor no Brasil. Sem a articulação da distribuição destes com a qualificação de profissionais, esse problema tem menos chances de ser resolvido.

De forma geral, tanto nos relatórios do TCU (BRASIL, 2002; 2005) quanto na pesquisa de Paiva e Berenblum (2009) podem ser constatadas as deficiências no programa que não contempla formação continuada de professores ou cursos para utilização dos acervos. É necessário, nesse sentido, que se invista na formação de profissionais – tanto professores quanto bibliotecários – capazes de lidar com os livros de maneira competente e que trabalhem como verdadeiros mediadores de leitura.

O acompanhamento por parte do governo nas escolas, a fim de verificar as condições das escolas e das bibliotecas, também se faz necessário para que os livros não fiquem trancados em uma sala na escola fora do alcance dos alunos. Além disso, o financiamento de mais pesquisas é fundamental para ajudar as denúncias em casos de uso inadequado dos acervos, e divulgar o programa, muitas vezes desconhecido pela comunidade escolar. É claro que a distribuição de livros é importante, pois não se formam leitores sem eles. No entanto, um livro enquanto objeto material, pouco significa para um

leitor se este não fizer daquele um objeto simbólico. Não se deve, portanto, neste processo complexo que se constitui a formação de novos leitores, desconsiderar o papel dos mediadores, que, assim como os livros, desempenham um papel essencial e insubstituível.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas do Governo. **Avaliação do TCU sobre o Programa Nacional Biblioteca na Escola**. Brasília, DF, 2002.

_____. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Monitoramento no Programa Biblioteca da Escola (PNBE)**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/educacao/Relat%C3%B3rio%20Impacto.pdf>. Acesso em: 8 maio 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília, DF, 2006.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Coordenação Geral dos Programas do Livro. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/be-dados-estatisticos>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2007.

FERNANDES, Célia Regina Delácio. **Leitura, literatura infantojuvenil e educação**. Londrina: EDUEL, 2007.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 50 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Dados estatísticos de anos anteriores**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <[\[consultas/item/3016-dados-estat%C3%ADsticos-de-anos-antiores\]\(http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb-consultas/item/3016-dados-estat%C3%ADsticos-de-anos-antiores\)>. Acesso em: 8 maio 2012.](http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-</p>
</div>
<div data-bbox=)

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de Alfabetismo Funcional – INAF Brasil 2009: principais resultados**. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/download/inaf_brasil2009_relatorio_divulgacao_final.pdf>. Acesso em: 5 maio 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA)**. Brasília, DF, [2012]. Disponível em: <http://64.233.169.132/search?q=cache:AJGqVtNVF7cJ:www.inep.gov.br/download/internacional/pisa/PISA2006-Resultados_internacionais_resumo.pdf+PISA+2006&hl=ptBR&ct=clnk&cd=1&gl=br>. Acesso em: 12 abr. 2012.

LAJOLO, Marisa. **Meus alunos não gostam de ler: o que eu faço?** Campinas, SP: CEFIEL, 2005.

_____. **Leitura e literatura na escola e na vida**. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Cursos da Casa da Leitura**. Rio de Janeiro, 2009. p. 91-96

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. O PNBE e o Ceale: de como semear leituras. In: PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda (Orgs.). **Literatura infantil: políticas e concepções**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 07-20.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. **Leitura, literatura e escola: sobre a formação do gosto**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NASCIMENTO, Iracema. A leitura como moeda de trânsito social: entrevista com Marisa Lajolo. In: VÓVIO, Cláudia Lemos et al. **Políticas e práticas de leitura no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2003. p. 46-57.

PAIVA, Jane; BERENBLUM, Andréa. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) – uma avaliação diagnóstica. **Pro-Proposições**, Campinas, SP, v. 20, n.1 (58), p. 173-188, jan./abr. 2009.

PLANO Nacional do Livro e da Leitura - PNLL. In: FORUM PNLL VIVA LEITURA 2006/2008, 2006, São Paulo. **Estado, setor privado e terceiro setor atuando pelo desenvolvimento da leitura no Brasil**. São Paulo: [s. n.], 2006.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006.

SILVA, Lilian Lopes Martin da. **A escolarização do leitor**: a didática da destruição da leitura. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins. **A escolarização da leitura literária**: o jogo do livro infantil e juvenil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 17-58.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Tradução de Cláudia Schilling. Porto Alegre: Art Méd, 1998.

ZILBERMAN, Regina. De leitor para leitores: políticas públicas e programas de incentivo à leitura. In: ABREU, Márcia. **Leituras no Brasil**: antologia comemorativa pelo 10º Cole. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995. p. 123-128.

YUNES, Eliana. De leitor para leitores: políticas públicas e programas de incentivo à leitura. In: ABREU, Márcia. **Leituras no Brasil**: antologia comemorativa pelo 10º Cole. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995. p. 129-138.

NOTA

¹ A partir de 2007, foi mudada a nomenclatura do PNBE. Até 2006, o nome do programa se referia ao ano de aquisição. Em 2007, passou a referir-se ao ano de atendimento. Assim, a aquisição do PNBE 2008 foi em 2007, não existindo uma versão do programa chamada *PNBE 2007* (BRASIL, 2009).

Flávia Ferreira de Paula

Bacharel em Letras
Doutoranda em em Estudos Linguísticos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Email: flaviadfepaula@gmail.com

Célia Regina Delácio Fernandes

Filosófa
Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Professora Adjunta da Faculdade de Comunicação, Artes

e Letras (FACALE) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Email: celwal@terra.com.br

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte - MG
CEP: 31270-901

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Rodovia Dourados - Itaum, KM 12 - SN, Bloco Profº José Pereira Lins - Em frente ao Aeroporto - Dourados, MS
CEP 79804-970